

## OS REGIMES DE VERDADE ACERCA DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS

Carla V. A. Costa da Silva<sup>1</sup>  
Karla Schuck Saraiva<sup>2</sup>

### Introdução

O Polo Industrial de Manaus (PIM) é a base industrial do modelo Zona Franca de Manaus (ZFM), uma das mais antigas políticas públicas de desenvolvimento regional do Brasil. Foi regulamentado durante o regime militar, em 1967, e baseia-se em incentivos fiscais diferenciados do restante do Brasil, que têm por objetivo reduzir as desvantagens locacionais da Amazônia Ocidental e assim promover sua integração socioeconômica às demais regiões do país.

As desvantagens locacionais se referem à grande distância dos Estados que integram a Amazônia Ocidental em relação aos principais mercados consumidores localizados em outras regiões brasileiras. E quanto maior a distância entre as indústrias e seus mercados consumidores, maiores são os custos logísticos. Os incentivos fiscais são importantes para tornar a Amazônia Ocidental atrativa ao capital nacional e internacional, que até antes da implantação da ZFM escolhia outras regiões brasileiras possuidoras de uma melhor infraestrutura logística e mais próximas aos principais mercados consumidores nacionais.

### Objetivo

O objetivo da pesquisa foi mapear e problematizar os principais regimes de verdade que circulam a respeito do PIM, entendendo suas múltiplas articulações. Para que este objetivo fosse alcançado, foram analisados estudos elaborados nos últimos 13 anos que tinham como foco o PIM e que foram desenvolvidos predominantemente por instituições externas às universidades (Senado, Fundação Getúlio Vargas, Ongs, Banco Mundial, entre outros).

### Metodologia

A análise e problematização dos documentos foi norteada pelas teorizações foucaultianas, que ao mapear os regimes de verdade não buscam a análise interna das verdades produzidas nos estudos, mas as olha em sua superfície, como monumentos (SARAIVA, 2015). Os conceitos estudados por esta teorização são ricos para problematizar as verdades estabelecidas e que acabam circulando como naturalizadas. O termo problematizar aqui usado não tem o significado de julgar os resultados, mas sim de questionar os enunciados universais, investigar o “sistema de aceitabilidade” que foram formados em um dado momento e que funcionaram posteriormente como evidência e universalidade (LEMKE, 2017).

### Resultados

Esta pesquisa identificou regimes de verdade distintos nos dois eixos criados: socioeconômico e ambiental. Com base nas verdades produzidas no material empírico, foi possível observar a presença três de regimes de verdades distintos no eixo socioeconômico e quatro regimes de verdades no eixo ambiental. As análises possibilitaram perceber que relações distintas de poder-saber foram gradualmente relacionando a natureza e a economia. Também foi percebido que estão em atividades, envolvendo o PIM, um dispositivo de poder/saber e um dispositivo ambiental/sustentabilidade, e que a renúncia fiscal pode ser considerada como uma estratégia de condução de condutas dos leitores.

No tocante à articulação dos eixos definidos para a pesquisa, estes se encontram e se imbricam nas verdades produzidas que mostram a viabilidade ou não do PIM. Para os defensores do modelo, cada vez mais os recursos naturais vão sendo vistos como uma condição de possibilidade para melhorar a competitividade do PIM e a vida da população do interior do Estado do AM. E para os que não reconhecem a viabilidade do modelo, como uma forma de reduzir seu custo mudando o tipo das indústrias do PIM, com a grande possibilidade das indústrias que atualmente se localizam no referido polo industrial se deslocem para as regiões mais industrializadas e mais próximas dos principais mercados consumidores nacionais, já que o Brasil possui um dos maiores mercados consumidores mundiais.

### Conclusão

As indústrias do PIM são indústrias tecnológicas, que produzem produtos de alto valor agregado, geram uma alta arrecadação fiscal e elevaram o nível da educação e da remuneração industrial do Estado do AM, além de estimular outros setores da economia que não fomentam o desmatamento. Esta é uma das principais condições de possibilidades que permitem que verdades tão distintas circulem a respeito do PIM.

A disputa por estas indústrias, que são na maioria multinacionais, estimula e estimulará a produção de diversos estudos em virtude da guerra fiscal entre os Estados da federação brasileira. Muitos outros estudos serão produzidos, em uma eterna luta do poder-saber.

Desde a criação do PIM, é possível perceber alterações na ênfase da racionalidade que dá suporte ao polo, ocasionando também mudanças nos regimes de verdade que circundam o objeto da pesquisa.

### Referências

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995a.

LEMKE, Thomas. **Foucault, governamentalidade e crítica**. São Paulo: Politéia, 2017.

SARAIVA, Karla. Michel Foucault, discurso e a invenção da verdade. *In*: LEITE, Miriam; GABRIEL, Carmen. **Linguagem, discurso, pesquisa e educação**. Rio de Janeiro: Faperj, 2015. p. 243-264.

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela ULBRA Canoas, [cvacs@rede.ulbra.br](mailto:cvacs@rede.ulbra.br)

<sup>2</sup> Coordenadora do PPGEDU-ULBRA Canoas, [karla.saraiva@ulbra.br](mailto:karla.saraiva@ulbra.br)